**PROPOSTA PARA AMPLIADA DA FENAJUFE DE 15/05/2021**

**Sair da defesa. Chega de perder. Hora de lutar por reajuste antes dos gatilhos da EC 109**

Os servidores do PJU e MPU estão com os salários congelados desde 2016, quando as leis nº 13.316 e 13.317/2016 repuseram, de forma parcelada, perdas acumuladas da categoria. Já são cinco anos de congelamento. De lá para cá, os servidores obtiveram apenas prejuízos: além de acumular perdas salariais pela falta de reposição da inflação, pelo fato de não termos uma data base, sofremos derrotas seguidas com a aprovação das emendas constitucionais 95 (teto de gastos) e 103 (reforma da Previdência) e reforma trabalhista. Ou seja, há cinco anos, estamos apenas na defensiva e acumulando derrotas.

Com a aprovação da PEC 186, convertida na EC 109, estabeleceram-se gatilhos que, uma vez disparados, impedirão quaisquer reajustes, o que poderá manter o atual congelamento por mais de uma década à frente.

Recentemente, a mídia tradicional divulgou a versão, já numa tentativa de desgastar os servidores públicos, de que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que balizará a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, conteria brechas para permitir reajuste salarial no próximo ano. Nessa hipótese, e considerando previsões de que os gatilhos da EC 109 poderiam começar a disparar a partir de 2024, haveria possibilidade de reajuste em 2022, ano eleitoral.

Os servidores têm trabalhado, nos últimos anos, para evitar prejuízos e foram jogados na defesa, vendo suas condições de vida se deteriorarem gradativamente. Será que a estratégia está correta? É o momento de combinar defesa com ataque e buscarmos brechas, dentro, inclusive do que as reformas nos permitem, e avançarmos na estratégia de buscar parceiros nos segmentos do serviço público, na cúpula do PJU e MPU e no Congresso Nacional para evitarmos que tenhamos talvez uns 20 anos de congelamento.

PROPOSTA: A Ampliada da Fenajufe aprova a seguinte proposta: “A Fenajufe articulará, em ações próprias e coordenadas das entidades filiadas, junto ao Congresso Nacional – especialmente com foco nas bancadas sensíveis aos pleitos do serviço público –, à cúpula do PJU (STF, CNJ e tribunais superiores) e MPU, bem como realizará, no prazo de 45 dias, estudo sobre carreira e anteprojeto de lei a ser discutido com o STF e CNJ, no âmbito da comissão já existente, para encaminhamento ao Congresso Nacional, com vistas à recomposição salarial, com vigência a partir de 2022, assim como atuará para aprovação de proposta na LDO e LOA que permita reposição salarial em 2022, assim como para aprovar projeto de lei em tramitação que estabelece a data base dos servidores públicos.”

Chega de perdas. Chega de sermos chamados de parasitas e considerados bodes expiatórios. Chega de jogar apenas na defesa. Para nós, que não temos 20 carros na garagem, é hora de também atacar. De motivar os servidores, sem o quê continuaremos sofrendo derrotas.